



POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA CONCESSÃO DE AUXÍLIOS

RENATA EUSEBIO DOS SANTOS, KELMA FREITAS FELIPE

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus de Limoeiro do Norte

<renataeusebio86@gmail.com>, <kelma.felipe@gmail.com>

DOI: 10.21439/conexoes.v11i3.847

Resumo. Esse artigo se propõe a fazer uma análise dos impactos do Programa de Assistência Estudantil, com recorte para a concessão de auxílios, na Política de Educação Profissional junto aos discentes dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE)-Campus Limoeiro do Norte no primeiro semestre 2014. Com a proposta de realizar uma análise crítica, este artigo tem uma fundamentação teórica na qual apreende como se estrutura a Política de Educação Profissional no Brasil, bem como, examina a proposta governamental de uma Assistência Estudantil (AE) por meio das legislações vigentes. A pesquisa empírica foi de cunho quantitativo, a fim de colher dados acadêmicos dos discentes de cursos técnicos do IFCE/Campus de Limoeiro do Norte no primeiro semestre de 2014. Em seguida fez-se uma análise crítica do impacto da AE, com recorte para a concessão de auxílios aos discentes, realizando um comparativo do rendimento escolar dos discentes que recebiam auxílio e os que não recebiam, bem como, analisando o percentual de evasão e retenção dessas duas categorias de discentes. Ao constatar os dados coletados foi possível verificar que ainda é considerável o número de discentes que mesmo sendo beneficiados pela política de assistência estudantil com a concessão de auxílios ainda tem um déficit em relação à situação de rendimento acadêmico e sua permanência no campus, considerando que 17,3 % dos discentes, mesmo recebendo auxílios pecuniários, estão em situação de evasão ou reprovação.

Palavras-chaves: Política de Educação Profissional; Política de Assistência Estudantil; Evasão; Permanência.

Abstract. This article aims to make an analysis of the impacts of the Student Assistance Program, with cutout for the granting of aid, the Education Policy Professional together with students of technical courses at the Federal Institute of Education Science and the State of Ceará Technology (IFCE) -Campus Limoeiro do Norte in the first half 2014. With the proposal to conduct a review, this article has a theoretical foundation in which apprehends like structure Vocational Education Policy in Brazil and examines the government's proposal for a Student assistance (AE) through the existing laws. Empirical research was quantitative nature, in order to reap academic data of the students of technical courses IFCE / Campus North Limoeiro in the first half of 2014. Then became a critical analysis of the impact AE, with cutout for the granting aid to students by conducting a comparative school performance of students receiving aid and those not receiving and analyzing the percentage of dropout and retention of these two categories of students. Noting the collected data was verified that it is still considerable number of students that even though benefit from student assistance policy with the granting of aid still has a deficit in relation to the academic performance of the situation and their stay on campus, whereas 17.3 % of students, even getting cash aid, are in circumvention situation or disapproval.

Keywords: Professional Education Policy; of Student Assistance Policy; Evasion; Permanence.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980, uma das maiores conquistas do processo de redemocratização vivido no Brasil foi à promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988 (BRASIL, 1988), também conhecida como Constituição Cidadã. Esta instituiu a Educação como Política Pública, caracterizando-a como direito social e incumbindo ao Estado e à família o dever de promovê-la e incentivá-la, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

No entanto, após a promulgação da CF/88, o cenário socioeconômico e político brasileiro é marcado pela implementação do projeto neoliberal¹. De acordo com Behring (2009, p. 310), o Estado brasileiro inicia uma contrarreforma, com base nos princípios neoliberais, em que uma das características é a contenção de gastos sociais, designando uma forte disciplina orçamentária. Tal condição implica no desmonte dos direitos sociais e na sua desvinculação com a política social, já que esta se torna focalizada, descentralizada e privada. “[...] trata-se de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público”. A proposta é que o Estado só seja chamado a intervir via políticas públicas se o mercado e/ou a sociedade civil não conseguirem dar conta dos “problemas sociais”.

Diante desse contexto, a Política de Educação também sofreu (e sofre) os mesmos impactos que as demais políticas públicas na contemporaneidade². Lima (2012, p. 08), ao analisar a expansão da Educação Superior no Governo Cardoso (1994-2002) afirma que este processo de expansão ganha uma “nova racionalidade” em tempos de neoliberalismo, efetivada por meio: 1) da ampliação do setor privado; e 2) da privatização interna das

Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. A autora aponta as problemáticas decorrentes da implementação desses dois mecanismos. Em relação ao primeiro mecanismo, destaca a desqualificação do ensino superior ao ser direcionado, especialmente, para instituições privadas *não* universitárias onde não há a obrigatoriedade de integrar ensino, pesquisa e extensão, e dá preferência a cursos de curta duração, cursos sequenciais e cursos à distância “[...] caracterizando o processo de aligeiramento da formação profissional e de certificação em larga escala [...]”.

Com a privatização interna das IES públicas, há a venda de “serviços educacionais” por meio do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas privadas, caracterizando a educação superior como “uma atividade pública não estatal”, o que vem a justificar o financiamento público (direto ou indireto) para as instituições privadas e vice-versa.

A autora supracitada faz ainda uma análise da expansão do Ensino Superior no Governo Lula (2003-2010) e afirma que, apesar de grandes expectativas de alterações no âmbito educacional, o que se viu foi mais uma fase da contrarreforma do Estado brasileiro, pautado na proposta neoliberal, podendo ser identificado pelo empresariamento da Educação e pela certificação em larga escala.

Todavia, vários autores ressaltam a expansão da rede federal de ensino no Governo Lula, com destaque para a criação da atual Rede Federal de Educação Profissional (Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008)) que abriu aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e demais escolas profissionalizantes a possibilidade de se transformarem em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia³. Segundo a lei que os instituiu, os Institutos Federais tem como proposta produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico para a formação cidadã, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional.

³A transformação dos CEFETs e demais escolas profissionalizantes em IFs foi um processo lento. Conforme Otranto (2011) “Uma análise mais detalhada permite a constatação de que foram criados alguns Institutos Federais com maior tradição agrária, outros mais industriais e, ainda, parte deles híbrido, devido à alegada impossibilidade de organizá-los por vocação. Isso já começou a caretar problemas didático-administrativos, uma vez que cada IF conta com uma reitoria localizada em cidade distinta daquelas onde estão localizadas as escolas que lhe deram origem. Além da vocação, outro problema já se faz sentir e vem sendo apresentado pelos reitores nos diferentes congressos e encontros pedagógicos dos quais participam: a diferenciação entre o tamanho, tempo de vida e tradição das instituições que compõem um mesmo IF. Como a reitoria administra a totalidade dos recursos, aquelas maiores e mais tradicionais podem sentir-se prejudicadas da divisão orçamentária” (OTRANTO, 2011, p. 13)

¹A consolidação do projeto neoliberal no Brasil a partir do final dos anos 80 é caracterizada por uma perspectiva conservadora de despolitização, caracterizado numa restrição e flexibilização dos direitos. Esse processo se fundamenta numa definição minimalista de democracia, chegando até a anulá-la, tirando, assim, as classes dominadas do discurso reivindicatório; e numa ação restrita do Estado no âmbito social, aumentando a responsabilidade da sociedade civil no que diz respeito às ações sociais – crescimento do terceiro setor.

²Behring (2009) aponta algumas tendências no campo das políticas sociais: 1) a desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais; o combate à pobreza opera-se como uma política específica; 2) responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às organizações não governamentais e ao chamado terceiro setor; 3) desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a privatização/ mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade.

Otranto (2011), em sua investigação sobre o Programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional no Governo Lula, destaca o despreparo da grande maioria das escolas profissionalizantes em se tornar instituições de ensino superior, pois os IFs abarcam atribuições que vão além daquelas determinadas para as universidades (oferecimento da graduação, licenciatura e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão, além de outras não exigidas para as universidades, mas obrigatórias para os Institutos Federais, tais como: o ensino médio, técnico e educação de jovens e adultos), colocando em cheque a qualidade do ensino seja médio, técnico e/ou superior oferecidos nessas instituições.

Outro ponto importante a ser destacado com a expansão dos IFs é que, a partir disto, foram ampliadas as vagas e as possibilidades de acesso ao ensino público federal. Nesse cenário, estudantes de diversos contextos de vulnerabilidade social e econômica tiveram a oportunidade de ingresso em uma instituição pública de ensino, no entanto, fatores socioeconômicos sinalizaram a necessidade de uma Política de Assistência Estudantil para que pudesse ser garantindo não só o acesso, mas a permanência desses estudantes na instituição. A demanda por uma Política de Assistência Estudantil confirma a necessidade de se efetivar o direito a Educação.

Deste modo, em 19 de julho de 2010, o Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010) institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem como objetivos: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Nesse sentido, este artigo se propõe a fazer uma análise dos impactos do Programa de Assistência Estudantil, com recorte para a concessão de auxílios, na Política de Educação Profissional junto aos discentes dos cursos técnicos do IFCE/Campus Limoeiro do Norte no primeiro semestre de 2014. Para chegarmos nesse objetivo, fez-se necessário realizar uma análise crítica de como se estrutura a Política de Educação Profissional no Brasil, bem como, examinar a proposta governamental de uma Assistência Estudantil por meio das legislações vigentes.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Nossa compreensão da Política de Educação Profissional propõe superar um dos equívocos mais frequentes e recorrentes nas análises da educação no Brasil, con-

forme sinaliza Frigotto (2007, p. 1130), que tem sido de “tratá-la em si mesma e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais”. Desta forma, para compreender a Política de Educação Profissional é necessário entender a estrutura social na qual se constitui desde o período do Brasil colônia até os dias atuais. Diante disso, percebemos que a construção de uma Política de Educação Profissional esteve (e está) regulada para atender os interesses do capital nos seus vários momentos. Frigotto (2007, p. 1131) afirma que

[...] projeto da classe burguesa brasileira não necessita da universalização da escola básica e reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita (que adentra as mãos e aguça os olhos) para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado. Por outro lado, permitem também entender por que combatem aqueles que postulam uma escola pública, unitária, universal, gratuita, laica e politécnica.

Ciavatta e Ramos (2012), ao realizar uma análise da Política de Educação Profissional no Brasil, caracteriza os últimos 20 anos como a “era das diretrizes” no âmbito educacional. A autora expõe que no Governo FHC foram elaboradas leis, decretos, diretrizes e regulamentos – Lei 9.394/96 (LDB); Decreto 2.208/97; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 1997) – com o discurso de se estabelecer orientações de como deveria ser pensada e conduzida a ação educacional nas escolas, levando a entender que antes do Governo FHC não havia orientações para o pensamento e a ação educacionais. No entanto, o que se percebeu foi um movimento de reformas na educação brasileira, com base na contrarreforma do Estado.

Com a chegada do Governo Lula, as expectativas eram de mudanças estruturais na sociedade e na educação, conforme inscritos na CF/88. No entanto, os dois mandatos do Governo Lula somente deram continuidade a “era das diretrizes” (CIAVATTA; RAMOS, 2012). De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o Governo Lula mudou para conservar-se. Um das ações mais significativas desse governo no âmbito educacional foi à revogação do Decreto 2.208/97⁴, lançando o retorno da integração curricular dos ensin-

⁴O Decreto 2.208/97 cria matrizes curriculares e matrículas distintas para o estudante que deseja formar-se técnico: uma no Ensino Médio e outra no Ensino Técnico, podendo ambos ocorrer em épocas ou instituições de ensino diferentes, o que desarticula a proposta de um ensino integral.

médio e técnico. Entretanto, o que se concretizou foram ações governamentais que não iam de encontro às propostas do antigo governo. Em vez de regular os artigos da LDB que tratam da Educação Profissional e Tecnológica ou realizar a construção de uma lei específica para essa modalidade de ensino, o Governo Lula optou por um novo decreto (5.154/04) que em sua essência não alterou o que era proposto no decreto revogado, atendendo os interesses dos empresários do setor educacional. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1090) ressaltam que

Um novo decreto seria um dispositivo transitório que, enquanto garantisse a pluralidade de ações assistidas e instituições de ensino, mobilizasse a Sociedade Civil em torno do assunto. O que se pretendia era a (re)construção de princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores para uma concepção emancipatória dessa classe. Acreditava-se que a mobilização da sociedade pela defesa do ensino médio unitário e politécnico, a qual enquanto admitisse a profissionalização, integraria em si os princípios da ciência, do trabalho e da cultura, promoveria um fortalecimento das forças progressistas para a disputa por uma transformação mais estrutural da educação brasileira.

Todavia, ainda conforme os autores supracitados, a mobilização esperada não ocorreu, ao contrário, o que se viu foi mais uma bifurcação no sistema educacional brasileiro, com a implementação de programas focais e contingentes, como: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

Com relação à instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da Lei 11.892/08, Tavares (2012) resalta que a construção dos Institutos Federais de Educação reafirma a dualidade educacional e elaboram uma multiplicidade de possibilidades de ações educacionais, pois é velado o real propósito dos Institutos na sua nova institucionalidade em que este assume as funções de universidade além da promoção do ensino técnico e tecnológico.

Nesse cenário, ressaltamos que a expansão da Rede Federal de Ensino no Governo Lula possibilitou que classes populares tivessem acesso à educação – educação esta que deve ser questionada quanto a sua qualidade. No entanto, surge outra problemática: a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino. Vários estudos – com destaque para os estudos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil (FONAPRACE) – apontam que uma das causas externas de evasão e retenção escolar é

a dificuldade socioeconômica de parcela do segmento estudantil e sinalizam que as instituições de ensino que possuem programas de Assistência Estudantil conseguem melhorar o rendimento escolar dos estudantes advindos de classes de baixa renda. Assim, diante dessa problemática e da luta da sociedade civil pela efetivação do direito à educação, surge a necessidade de uma Política de Assistência Estudantil para garantir o que está exposto nas legislações vigentes (CF/88; LDB/96) como um dos princípios do ensino: igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Segundo reflexões feitas no FONAPRACE (2007 apud SANCHES, 2014)

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Diante disso, no dia 19 de julho de 2010 foi sancionado o decreto 7.234 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), designando as seguintes ações da Assistência Estudantil: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Tais ações serão executadas pelas instituições de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, e serão direcionadas, prioritariamente, para estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As reflexões expostas acima se apresentam como base teórica para as ações dessa pesquisa. No entanto, essas reflexões não se esgotam nesse momento, tendo em vista que o real é dinâmico, transformando-se constantemente. Para compreender os fatos/problemas em sua totalidade, captando não apenas o que se vê a olho nu, mas, principalmente, o que está entre as conexões e determinações sociais, é necessária uma reflexão para

além da aparência (singularidade), que apreenda sua historicidade, permitindo a construção de uma “rede de mediações ontológicas” (particularidade) que possam direcionar para uma ação transformadora e dialética (PONTES, 2008). A partir disso, o método da pesquisa foi baseado no materialismo histórico-dialético, pois segundo Marx e Engels (2007), a dialética é um esforço para perceber as relações reais (sociais e históricas) por entre as formas estranhadas com que se apresentam os fenômenos.

De forma diversa, a dialética marxiana busca o significado do real na atuação histórica, concreta e material das pessoas. É na história que os seres humanos engendram e significam o mundo ao seu redor. História aqui entendida não como a sucessão dos fatos, mas como luta cotidiana dos homens e mulheres para produzir suas condições materiais de existência na relação com a natureza mediada pelo trabalho, bem como, o modo como os seres humanos interpretam essas relações (ZAGO, 2013).

A pesquisa foi de cunho quantitativo, realizando uma análise exploratória *in locus* no Sistema de Controle Acadêmico para coletar dados dos discentes de cursos técnicos do IFCE/Campus de Limoeiro do Norte no primeiro semestre de 2014 referentes às seguintes questões: número de cursos técnicos; números de discentes matriculados na modalidade de Educação Profissional; números com relação à evasão, a retenção, e o rendimento escolar dos discentes dos cursos técnicos; números de discentes de cursos técnicos que são atendidos diretamente pela Assistência Estudantil (AE) por meio de subsídio pecuniário (auxílio alimentação, moradia, transporte, entre outros).

Após a apropriação desses dados, realizou uma análise crítica do impacto da AE, com recorte para a concessão de auxílios aos discentes. Nessa etapa, fizemos um comparativo do rendimento escolar dos discentes que recebiam auxílio e os que não recebiam, bem como, analisamos o percentual de evasão e retenção dessas duas categorias de discentes. Segue abaixo os resultados encontrados.

4 RESULTADOS ENCONTRADOS

Durante o primeiro semestre letivo de 2014, o IFCE/Campus Limoeiro do Norte ofereceu 05 cursos na modalidade de cursos técnicos e teve um total de 297 discentes matriculados conforme Gráfico 1.

Atualmente, o campus Limoeiro do Norte conta com um total de 1.200 discentes e desta forma, o quantitativo dos cursos técnicos representa 24,8% do número total de discentes desta instituição.

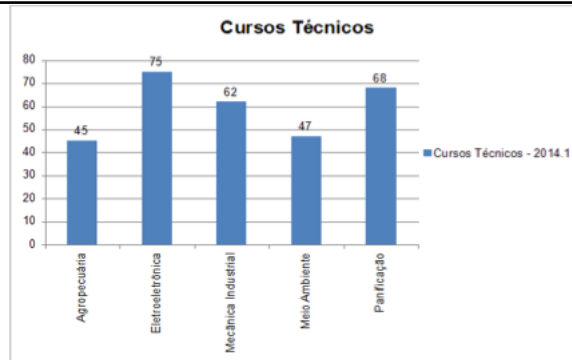


Gráfico 1: Cursos Técnicos ofertados pelo IFCE – Campus Limoeiro do Norte (2014.1)

Fonte: Sistema de Controle Acadêmico IFCE/Campus de Limoeiro do Norte (2014)

Alusivo à situação dos discentes que atualmente são beneficiados com a Política de Assistência Estudantil através da concessão pecuniária de auxílios foi verificado que dos 297 discentes dos cursos técnicos, 69 recebem auxílios, o que representa 23,2%, sendo assim distribuídos: 16 recebem auxílio transporte; 05 recebem auxílio Mães/Pais; 37 recebem auxílio alimentação e 11 recebem auxílio moradia.

Segundo dados coletados no Sistema de Controle Acadêmico do campus, dos 297 discentes de cursos técnicos no primeiro semestre de 2014, 52 evadiram o que representa 17,5% do número total destes alunos.

De acordo com os dados coletados, os cursos técnicos com maior quantidade de evasão foram Eletroeletrônica, Agropecuária e Panificação. Pode-se observar no Gráfico 2, detalhamento do número de evasão distribuído por curso.

Ao fazer um comparativo dos discentes que são beneficiados pelo programa de assistência estudantil por meio do recebimento de auxílios foi verificada a seguinte situação em relação à evasão: constatamos que dos 69 discentes beneficiados com auxílios, 05 evadiram-se de seus cursos, representando 7,2% deste total. Ao analisar estes dados verifica-se que a concessão auxílio não significa 100% de permanência do discente no campus, o que vai ao encontro da compreensão atualmente defendida pelo Programa de Assistência Estudantil que é a realização de ações socioeducativa para o estabelecimento de uma aproximação entre profissionais e discentes, analisando e atuando em seus aspectos biopsicossocial.

Referente ao rendimento escolar foi possível constatar que do total de 297 discentes tivemos 55 na condição de reprovados notas e reprovados por faltas durante

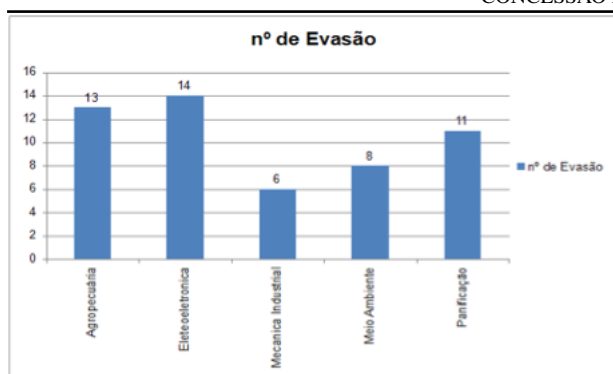


Gráfico 2: Número de evasão distribuído por cursos

Fonte: Sistema de Controle Acadêmico IFCE/Campus de Limoeiro do Norte (2014)

o primeiro semestre letivo de 2014, o que representa 18,5%.

Fazendo novamente um comparativo com o total de discentes matriculados em cada curso e do total de reprovação, verificamos novamente que os cursos de Eletroeletrônica, Panificação e Agropecuária são os que possuem maior incidência. Segue dados na tabela abaixo:

Tabela 1: Número de discentes matriculados e números de reprovações.

Cursos	Nº discentes matriculados	Nº discentes reprovados
Agropecuária	45	10
Eletroeletrônica	75	17
Mecan. Industrial	62	09
Meio Ambiente	47	07
Panificação	68	12
Total	297	55

Fonte: Sistema de Controle Acadêmico IFCE/Campus de Limoeiro do Norte (2014)

Em relação aos discentes que recebem auxílios, 07 estavam em situação de reprovados por notas e reprovados por falta, representando um impacto de 10,1% no baixo rendimento escolar.

Assim, concluímos que dos 69 discentes beneficiados pelo programa de assistência estudantil pela concessão de auxílios pecuniários, 12 se encontram em situação de evasão e baixo rendimento que implica diretamente em sua formação acadêmica, o que representa 17,3%. No que se refere ao número total de discentes nos cursos técnicos, esse impacto representa 4%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao constatar os dados coletados podemos verificar que é considerável o número de discentes que mesmo sendo beneficiados pelo programa de Assistência estudantil com a concessão de auxílios ainda tem um déficit em relação à situação de rendimento acadêmico e sua permanência no campus. Tal resultado interfere diretamente nos objetivos da Assistência Estudantil no IFCE pois estabelece em seu Regulamento a ampliação das condições de permanência e apoio à formação acadêmica dos discentes; a contribuição para a redução da evasão e para a melhoria do desenvolvimento acadêmico e biopsicossocial do discente; a colaboração para que os discentes concluam sua formação acadêmica no tempo regular; entre outros.

Ao visualizar o contexto socioeconômico geral dos discentes através de entrevistas e visitas domiciliares realizadas durante o processo seletivo de concessão dos discentes, entendemos que isso pode ser reflexo da não identificação com os cursos ofertados, bem como com uma má formação de educação básica ou ainda a necessidade de inclusão imediata no mercado de trabalho, o que aumenta o número de falta, dificultando o acompanhamento das disciplinas ofertadas até chegar ao abandono do curso. Desta forma, constata-se a importância do acompanhamento que deve ser realizado pela equipe multiprofissional do Setor de Assistência Estudantil em conjunto com a Coordenação Pedagógica, tendo em vista que os motivos da evasão escolar não incumbem apenas na condição financeira dos discentes.

Porém, outro aspecto que também foi visto como primordial após avaliação dos dados foi averiguar que muitos discentes mesmo estando em situação de evasão e/ou reprovação não tiveram uma intervenção da equipe de assistência estudantil porque os instrumentos de acompanhamento, como o Q'acadêmico, não são alimentados no decorrer do semestre dificultando assim a identificação dos discentes com baixo rendimento escolar ao longo do processo, o que torna este acompanhamento fragilizado.

Para tanto, verifica-se que se torna urgente à sensibilização de todos que compõe o ambiente educacional em busca de ações de melhorias que venham colaborar com o acesso e permanência do discente no IFCE/Campus Limoeiro do Norte, pois se constatou que a simples concessão de auxílio ainda coloca em questão a permanência do discente e sua qualificação profissional considerando que 17,3% dos discentes, mesmo recebendo auxílios pecuniários, estão em situação de evasão ou reprovação.

Além disso, a atuação de uma equipe multidiscipli-

nar na Assistência Estudantil permite compreender que a AE deve contemplar o discente de forma integral, indo além da concessão de auxílios, realizando atividades socioeducativas que estimulem os discentes a compreenderem a importância de sua formação política, humana, cidadã e profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. de M. Assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. *Serviço Social em Revista*, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002.

BEHRING, E. R. Política social no contexto da crise capitalista. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*, p. 301 – 321, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, Year = 1988*. Brasília, DF: Senado.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, 1996.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *DOU - 18/04/1997, pp. 7760*, 1997.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. *DOU - 30/12/2008*, 2008.

_____. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil. *DOU - Seção 1 - 20/07/2010, pp. 5*, 2010.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. *Rev. Bras. Educ.*, v. 17, n. 49, p. 11–37, abr. 2012.

FONAPRACE. Primeira pesquisa do perfil social, cultural e econômicos dos estudantes das ifes. In: *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis*. Belo Horizonte: [s.n.], 2007.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educ. Soc.*, v. 28, n. 100, p. 1129 – 1152, out. 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educ. Soc.*, v. 26, n. 92, p. 1087 – 1113, out. 2005.

LIMA, K. R. de S. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Ed.). *Serviço Social e Educação*. [S.l.]: Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2007.

OTRANTO, C. R. A política de educação profissional do governo Lula. In: *34ª reunião anual - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação*. [S.l.: s.n.], 2011.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANCHES, R. R. As pol[íticas de assistência estudantil no brasil. *A Revista História, Movimento e Reflexão*, v. 2, n. 1, p. 1 – 20, 2014.

TAVARES, M. G. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no brasil. In: *Anais do IX ANPED Sul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. [S.l.: s.n.], 2012.

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. *Kriterion*, v. 54, n. 127, p. 109–124, jun. 2013.